



## Aprovada em Plenário, PEC do Teto de Gastos vai a promulgação

Proposta limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação, pelos próximos 20 anos, e será promulgada amanhã pelo Congresso

**A** proposta de emenda à Constituição que limita por 20 anos o aumento dos gastos públicos à variação da inflação do ano anterior foi aprovada em segundo turno no Plenário do Senado. Foram 53 votos a favor e 16 contrários. O texto será promulgado amanhã às 9h em sessão solene do Congresso.

Para os opositoristas, a PEC 55/2016 impedirá investimentos públicos, agravará a recessão, prejudicará principalmente os mais pobres e diminuirá recursos para áreas como educação e saúde.

Para a base do governo, os gastos públicos vêm crescendo muito acima do PIB e o novo regime fiscal permitirá a redução da taxa de juros, criando um ambiente propício à retomada do crescimento. **3**

Em sessão plenária ontem de manhã, senadores aprovaram projeto do governo Temer que propõe novo regime fiscal para o país pelos próximos 20 anos



Edilson Rodrigues/Agência Senado

### Três projetos contra supersalários seguem para análise dos deputados

Aprovados em Plenário ontem, três projetos da Comissão Especial do Extrateto seguem para a Câmara. O primeiro garante que agentes públicos, aposentados e pensionistas da União, estados e municípios não poderão receber vencimentos que excedam o subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal (hoje, de R\$ 33,7 mil). Há ainda limites de acordo com a unidade da Federação e a esfera de Poder que paga os vencimentos. Acima do teto, somente serão permitidas as parcelas de indenização previstas em lei. A segunda proposta determina que os portais de transparência devam ter dados abertos manipuláveis e detalhados e a terceira define como improbidade administrativa pagar salário acima do teto. **5**

### Modernização da Lei de Licitações e Contratos passa no Senado

A proposta que atualiza as regras para licitações e contratações da administração pública foi saudada pelos senadores como um novo marco legal para a área. Além de trazer inovações, o projeto consolida normas presentes em diferentes leis. O texto aprovado ontem foi um substitutivo do senador Fernando Bezerra Coelho a projeto apresentado por uma comissão temporária que atuou com o objetivo de modernizar a legislação.

Entre as inovações, destacam-se a inversão de fases — o julgamento das propostas antes da habilitação — e a adoção do seguro para garantir a conclusão de uma obra. O projeto também trata da responsabilização solidária da empresa pelo dano causado ao erário na contratação direta indevida. **5**

### Embaixadores dizem que Acordo de Paris será cumprido **6**

### Comissão aprova tratado de concorrência com Mercosul **7**

### Colegiado avalia relatório final do Orçamento para 2017 **4**

### Reajuste salarial para defensor público vai à Câmara **5**

### Seminário discute empoderamento político das mulheres

A Procuradoria Especial da Mulher promove hoje e amanhã o seminário Mulheres no Poder: diálogos sobre empoderamento político, econômico e social e enfrentamento à violência.

Organizado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, o Banco Mundial e a ONU Mulheres, o evento reúne legisladores, representantes dos setores público e privado, de organismos internacionais e de outras entidades.

Os interessados também poderão acompanhar as discussões pelo Portal e-Cidadania. Às 18h30, haverá o lançamento de quatro livros na Biblioteca Luiz Viana Filho. **2**



Depois de anos em expansão, setor de energia eólica está estagnado, afirmou participante de audiência

### Debate cobra ações para energias renováveis

O Brasil precisa de planejamento para conseguir aumentar a participação das fontes renováveis na matriz energética, disseram gestores públicos e especialistas que participaram de

audiência na Comissão de Infraestrutura. Falta de integração entre as redes, descontinuidade de políticas para o setor e investimentos escassos foram alguns dos problemas apontados. **8**

# Congresso lembra os 100 anos de Miguel Arraes

Oradores destacaram as qualidades do político, como dialogar e propor rumos para o país, que, segundo eles, fazem falta neste momento de crise

OS 100 ANOS do nascimento de Miguel Arraes foram comemorados ontem em sessão solene do Congresso Nacional. Nascido no Ceará, em 15 de dezembro de 1916, o político fez carreira em Pernambuco. Reconhecido como um dos mais importantes líderes da esquerda brasileira, foi deputado estadual e federal, prefeito do Recife e governador de Pernambuco por três mandatos.

No dia 1º de abril de 1964, quando era governador, foi deposto pelo golpe que instituiu a ditadura militar. Preso por quase um ano, ele conseguiu deixar o país para se exilar na Argélia, onde permaneceu por 14 anos. De volta após a anistia, em 1979, Arraes ingressou no Partido Socialista Brasileiro (PSB), do qual foi presidente. Ele morreu aos 88 anos, em 13 de agosto de 2005, no exercício do segundo mandato de deputado federal.

A homenagem, realizada no Plenário da Câmara dos Deputados, foi proposta por Lídice da Mata (PSB-BA) e pelo deputado Tadeu Alencar (PSB-PE). Em seu pronunciamento, Lídice salientou que Arraes “ousou enfrentar os coronéis” e adotar em



Amigo de Arraes, o ex-senador Pedro Simon (D) foi um dos que discursaram

Pernambuco, no primeiro governo, uma política para o campo que “redesenhou” a base econômica estadual em favor dos mais necessitados.

Ela citou manifestação de Arraes sobre as políticas de austeridade fiscal adotadas nos anos 90, que comparou com as ideias atuais sobre controle de gastos.

— Ele dizia que a estabilidade desejada é o que permite reformular de modo construtivo os rumos do país — afirmou.

Tadeu Alencar disse que a homenagem não era somente à figura política, mas também a alguém que expressa um conjunto elevado de valores.

— Arraes teve a noção dos desafios para que nosso povo seja incluído num modelo de desenvolvimento — disse.

Para o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), neste momento político conturbado, o político seria exemplo de “coragem, determinação e honestidade”.

O governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg (PSB), disse ter ouvido conselhos de Arraes, como o de visitar municípios nordestinos onde arranjos produtivos potencializaram a economia local a partir de tecnologias sociais.

Cristovam Buarque (PPS-DF), que nasceu e viveu a juventude em Pernambuco, lembrou que seu primeiro voto foi dado a Miguel Arraes. Ele lamentou que, no cenário atual, o país não possa contar com um político com a capacidade de diálogo do homenageado.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que Arraes deixou a lembrança de um líder respeitado pela coerência e a coragem diante dos desafios.

O ex-senador Pedro Simon, que integrou círculo de amigos próximos de Arraes, também destacou a capacidade de Arraes de apresentar soluções e caminhos para as horas mais difíceis, como seria o momento atual.

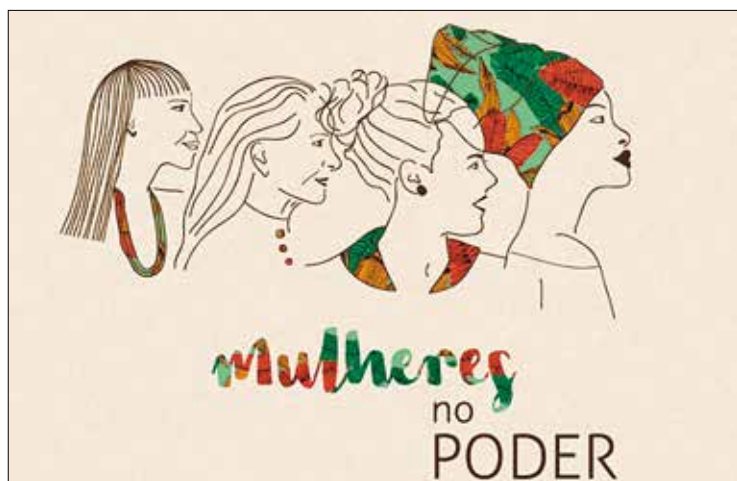
## Seminário propõe pautas sobre mulheres para 2017

A proposta de uma agenda de interesse das mulheres para o Congresso em 2017 e o combate à violência estarão em debate no seminário Mulheres no Poder: diálogos sobre empoderamento político, econômico e social e enfrentamento à violência, que acontece hoje e amanhã no Senado.

As inscrições já foram encerradas, mas os interessados poderão acompanhar os debates e enviar sugestões pela internet, por meio do Portal e-Cidadania do Senado.

Organizado pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, o Banco Mundial e a ONU Mulheres, o evento reúne legisladores, representantes dos setores público e privado, de organismos internacionais e de outras entidades.

Segundo Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher, a intenção da bancada feminina do Senado é divulgar iniciativas legislativas em



Evento acontece hoje e amanhã e também vai debater o combate à violência

análise no Congresso e colher propostas dos movimentos organizados para fortalecer a ação das parlamentares.

— Queremos encerrar 2016 com sugestões ao Parlamento de compromisso pela manutenção e aumento dos direitos das mulheres em 2017.

A representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, afirma que é necessário fazer avançar a agenda de direitos das mulheres na sua diversidade.

Haverá o lançamento de quatro livros, às 18h30, na Biblioteca Luiz Viana Filho.

No encerramento, amanhã, ocorrerá a premiação do concurso de vídeos por celular Um Minuto contra a Violência, promovido pela Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A programação completa pode ser acessada em: [www.seminariomulheresnopoder.com.br](http://www.seminariomulheresnopoder.com.br). Veja ao lado como acompanhar o evento e participar dele

## Sancionada lei que reconhece a profissão de designer de interiores e ambientes

O presidente Michel Temer sancionou ontem, com vetos (VET 49/2016), a Lei 13.369/2016, que reconhece a profissão de designer de interiores e ambientes.

Aprovado pelo Senado em novembro, o PLC 97/2015, que deu origem à nova lei, assegurava o exercício da profissão a profissionais com diploma de curso superior nas áreas de design de interiores,

composição de interior, design de ambientes na especialidade de interiores e em arquitetura e urbanismo. O veto, entretanto, recai sobre os incisos que preveem a exigência do diploma de nível superior. Também foi vetado artigo que possibilitava o reconhecimento do projeto do designer de interiores como obra intelectual, garantindo a ele direitos autorais.

## Nova norma assegura jornada menor para servidor com cônjuge ou filho deficiente

Foi sancionada ontem a Lei 13.370/2016, que assegura jornada de trabalho reduzida para o servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência.

O projeto de Romário (PSB-RJ) foi apresentado em 2015.

A legislação já assegurava

o horário especial, sem a necessidade de compensação, ao servidor portador de deficiência. O projeto aprovado no Congresso e agora transformado em lei estendeu o benefício ao servidor público federal responsável pela pessoa com deficiência.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCT Melhorias para a Anatel**  
8h30 A Comissão de Ciência e Tecnologia faz audiência pública interativa para discutir medidas para aprimorar a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações.
- CI Indicações para a ANP**  
8h30 A Comissão de Infraestrutura sabbatina Décio Fabrício da Costa e Felipe Kury, indicados para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- CAS Relatório**  
9h A Comissão de Assuntos Sociais avalia relatório de política pública. Depois, reunião deliberativa com 8 itens.
- CDR Política pública**  
9h A Comissão de Desenvolvimento Regional analisa relatório de avaliação de política pública. Depois, pauta com 13 itens.
- CMO Lei orçamentária**  
9h Reunião extraordinária da Comissão Mista de Orçamento para analisar o projeto de Lei Orçamentária de 2017. Novas reuniões às 11h e às 14h.
- PROCURADORIA DA MULHER Evento**  
9h Abertura do seminário Mulher: diálogos sobre empoderamento político, econômico e social e enfrentamento à violência.
- MP 747/2016 Radiodifusão**  
9h30 Relatório da medida provisória sobre a renovação do prazo de concessão dos serviços de radiodifusão.
- CE Relatório**  
9h45 A Comissão de Educação avalia relatórios de políticas públicas. Logo depois, a reunião é deliberativa, com 31 itens.
- CCJ Documentos digitalizados**  
10h Projeto sobre digitalização de documentos (PLS 146/2007) é um dos 45 itens da pauta.
- SENADO DO FUTURO Relatório**  
10h A comissão analisa relatório de avaliação de política pública. Na sequência, audiência sobre saúde em Mato Grosso.
- PRESIDÊNCIA Posse no TCU**  
10h Renan Calheiros participa de posse de presidente e vice do TCU. Às 11h, presidente do Congresso. Às 11h30, inauguração da TV Senado Digital. Às 12h30, recebe o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Às 16h, ordem do dia do Plenário.
- CONGRESSO LDO 2017**  
11h Sessão conjunta para continuidade da análise de vetos e projetos de lei. Entre eles, o que trata da LDO de 2017.
- CDH Acessibilidade**  
11h30 Pauta inclui o PLS 650/2011, que propõe demandas de acessibilidade no Minha Casa, Minha Vida. Na sequência, apresentação de relatório dos trabalhos em 2016.
- OBRAS INACABADAS Debate**  
11h30 A comissão faz audiência interativa sobre a situação das obras inacabadas financiadas por recursos federais. Depois, apresentação de relatório preliminar.
- TRANSPARÊNCIA Licenciamento**  
14h A comissão analisa projeto sobre licenciamento eletrônico de veículos. Depois, avalia relatórios sobre políticas públicas.
- PLENÁRIO Reforma do ISS**  
17h Projeto que altera o Imposto sobre Serviços é o primeiro item da pauta.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

# PEC do Teto de Gastos vai a promulgação

Proposta que limita à variação da inflação, por 20 anos, o aumento das despesas públicas foi aprovada ontem em Plenário, por 53 votos a 16, apesar dos protestos da oposição

POR 53 VOTOS a favor e 16 contrários, a proposta de emenda à Constituição que limita por 20 anos o aumento dos gastos públicos à variação da inflação foi aprovada em segundo turno no Plenário do Senado. O texto será promulgado amanhã em sessão solene do Congresso, às 9h.

Encaminhada pelo governo de Michel Temer com o objetivo de equilibrar as contas públicas por um novo regime fiscal, a PEC 55/2016 foi aprovada depois de muita discussão entre os senadores.

Para os opositoristas, a iniciativa impedirá investimentos públicos, agravará a recessão e prejudicará principalmente os mais pobres, ao diminuir recursos para áreas como educação e saúde.

Para a base do governo, os gastos públicos vêm crescendo continuamente, em termos

reais, muito acima do produto interno bruto (PIB), e o novo regime fiscal permitirá a redução da taxa de juros, criando um ambiente propício à retomada do crescimento.

## Destaques

A oposição também apresentou destaques para votação em separado, na tentativa de retirar dois itens do texto: um sobre aplicações mínimas em saúde e educação e outro sobre a limitação de reajustes de despesa obrigatória. Alegou que poderia haver prejuízo ao ganho real do salário mínimo, visto que também é uma despesa obrigatória. O relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), discordou.

— Jamais me prestaria ao papel de reduzir o salário mínimo. Isso não é realidade. O salário mínimo está totalmente preservado. Também



Renan Calheiros conduziu a sessão em que o Plenário do Senado aprovou o novo regime fiscal proposto pelo governo

não haverá perdas para saúde e educação — assegurou.

Prevaleceu a vontade da maioria pela manutenção da redação, sem alterações.

## Conteúdo

De acordo com a PEC aprovada, a partir de 2018 os gastos federais só poderão aumentar

de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A inflação a ser considerada para o cálculo dos gastos será a medida nos últimos 12 meses, até junho do ano anterior.

Para 2017, o teto será definido com base na despesa primária paga em 2016 (incluindo os restos a pagar), com a correção de 7,2%, que é a inflação prevista para este ano.

O regime valerá para os orçamentos fiscal e da seguridade social e para todos os órgãos e Poderes da República. Dentro de um mesmo Poder, haverá limites por órgão. Quem desrespeitar seu teto ficará impedido de, no ano seguinte, dar aumento salarial, contratar pessoal, criar novas despesas ou conceder incentivos fiscais, no caso do Executivo.

A partir do décimo ano, o presidente da República po-

derá rever o critério uma vez a cada mandato presidencial, enviando um projeto de lei complementar ao Congresso.

## Exceções

Algumas despesas não vão ficar sujeitas ao teto. É o caso das transferências de recursos da União para estados e municípios. Também escapam gastos para realização de eleições e verbas para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Saúde e educação terão tratamento diferenciado em 2017. A saúde terá 15% da Receita Corrente Líquida, que é o somatório arrecadado pelo governo, deduzido das transferências obrigatórias previstas na Constituição. A educação ficará com 18% da arrecadação de impostos. A partir de 2018, as duas áreas também passarão a seguir o critério da inflação pelo IPCA.

## O que mudará com a emenda constitucional

Objetivo	Criar um teto de gasto para evitar que a despesa cresça mais que a inflação.
Prazo	20 anos, sendo que, a partir do décimo ano, será possível fazer revisão.
Alcance	Orçamentos fiscal e da seguridade social e para todos os órgãos e Poderes da União.
Limites	Para 2017: despesa primária + restos a pagar corrigidos pelo índice de 7,2%, que é a previsão da inflação para este ano. A partir de 2018: correção pela inflação acumulada até junho do ano anterior.
Saúde e educação	Haverá tratamento diferenciado. Em 2017, a saúde terá 15% da receita corrente líquida; a educação, 18% da arrecadação de tributos. A partir de 2018, seguem a correção da inflação prevista para os demais setores.
Sanções	Quem não respeitar o teto ficará impedido de, no ano seguinte, dar aumento salarial, contratar pessoal e criar novas despesas.
Exceções	Algumas despesas não vão se sujeitar ao teto, como as transferências constitucionais e gastos para realização de eleições.
Revisão	O critério de correção pode ser revisto a partir do décimo ano de vigência da emenda por meio de projeto de lei complementar.

## Divergências e protestos marcaram votação do projeto

A sessão do Plenário para votação da PEC 55/2016 foi aberta com debates entre os parlamentares contrários e a favor do novo regime fiscal.

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou o presidente do Senado, Renan Calheiros. Disse que ele não poderia ter realizado três sessões no mesmo dia, em sequência, apenas para contar prazo de tramitação da PEC. As sessões ocorreram no dia 8.

— O senhor deu um golpe no Parlamento. Rasgou a Constituição. Foi gravíssimo.

Renan disse que não houve irregularidade e que ocorreu acordo de líderes para o calendário especial de tramitação.

Integrantes da oposição apresentaram requerimentos para

adiar ou cancelar a votação. Os pedidos foram analisados conjuntamente e rejeitados por 46 a 13, com duas abstenções.

— A proposta só trata de gastos, não leva em conta a elevação das receitas. Teríamos que ouvir o Banco Mundial, a ONU e outros organismos — disse o líder do PT, Humberto Costa (PE).

Já Otto Alencar (PSD-BA) afirmou que, apesar de ter sido contrário ao impeachment de Dilma Rousseff, votaria a favor da PEC, “uma medida necessária para dar condições de governabilidade ao país”.

Segundo Fátima Bezerra (PT-RN), a avaliação popular do governo Temer é negativa.

Para Gleisi Hoffmann (PT-

PR), o regime previsto na PEC é “capenga”. Um ajuste fiscal teria que mexer na política cambial e monetária, avaliou.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) apontou o crescimento dos gastos públicos nas gestões dos petistas Lula e Dilma.

— O que estamos fazendo agora é viabilizar o gasto no que é prioritário — afirmou.

Para Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o país não pode gastar mais do que arrecada por tanto tempo.

— Acreditar num resultado negativo para saúde e educação é um equívoco, pois há valores mínimos a serem investidos. E nada impede que se gaste mais nesses setores, porém, com corte em outro lugar.

## Presidente do Senado avalia aprovação como positiva

Após a aprovação da PEC do Teto de Gastos, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que foi uma vitória do país. Segundo ele, “há muito tempo o Brasil precisava de uma regra responsável como essa”.

Para Renan, a aprovação da PEC não significa que o Brasil vá viver de ajuste fiscal para sempre, pois é preciso estimular a retomada do crescimento da economia.

Em primeiro turno, a proposta foi aprovada por 61 a 14. Desta vez, o placar ficou em 53 a 16.

— Fizemos hoje a votação em segundo turno, e sequer

seria admitida emenda. A votação fundamental da PEC ocorreu em 29 de novembro, com a aprovação em primeiro turno — disse Renan.

Na primeira votação, foram rejeitados os três destaques apresentados pela oposição. O primeiro retiraria do congelamento de gastos os recursos da saúde e da educação. O segundo pedia a realização de um referendo popular em 2017 para que os brasileiros decidissem se concordam ou não o novo regime fiscal. O terceiro sugeria um limite de gastos também para o pagamento de juros e encargos da dívida pública da União.

## Ministro do STF negou pedido da oposição para suspender a análise da proposta

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Roberto Barroso negou a liminar pedida por parlamentares da oposição para suspender a tramitação no Senado da PEC do Teto dos Gastos.

O mandado de segurança foi impe-

trado na noite de segunda-feira. No pedido, a oposição alegou que a discussão da PEC 55/2016 em segundo turno, feita em três sessões extraordinárias seguidas no mesmo dia, desrespeitou a Constituição e o Regimento Interno

do Senado.

Ao responder a questionamento naquele dia, o presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu a discussão, citando o próprio Regimento e a adoção de procedimento semelhante

no exame de outras matérias.

O mandado de segurança segue agora o trâmite normal, com pedido de informação ao Senado e vista ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

# Relatório do Orçamento para 2017 deve ser votado hoje em comissão

Parecer de Braga assegurou mais R\$ 9 bilhões para cumprir piso da saúde, com total de R\$ 125,3 bilhões; educação tem R\$ 85,6 bilhões

O RELATÓRIO FINAL ao projeto do Orçamento da União de 2017 deve ser votado hoje pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Amanhã, a previsão é que ele seja votado pelo Congresso, encerrando o processo orçamentário. O parecer de Eduardo Braga (PMDB-AM) ao PLN 18/2016 prevê recursos de R\$ 125,3 bilhões para a saúde e de R\$ 85,6 bilhões para a educação.

O Orçamento de 2017 trabalha com salário mínimo de R\$ 945,80, que vigora a partir de janeiro de 2017, e um crescimento da economia de 1,3%. Quanto à inflação, a estimativa é de que fique em 4,8%.

A taxa básica de juros (Selic) prevista é de 12,11%. Já a taxa de câmbio média foi projetada em R\$ 3,43 por dólar.

De acordo com o relator, foram acrescentados R\$ 9 bilhões para a saúde, para que se alcançasse o percentual de 15% de receita corrente líquida previsto como piso constitucional. Desse montante, R\$ 4,8 bilhões foram obtidos por meio de emendas individuais, R\$ 2,2 bilhões por emendas coletivas e R\$ 2,7 bilhões



Eduardo Braga diz que relatório incorpora medidas da PEC do Teto de Gastos

alocados pelo relator geral.

Para o orçamento fiscal — referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público — foram destinados R\$ 1,7 trilhão.

## Ajuste fiscal

O orçamento da Seguridade Social será de R\$ 668 bilhões. Para o refinanciamento da dívida pública federal foram destinados R\$ 946 bilhões.

— Esta é a primeira peça legislativa e do Executivo com contribuições para a

recuperação econômica do país. Está dentro do ajuste fiscal e é a primeira lei que terá efeito prático no sentido de mostrar as possibilidades de recuperação econômica do país — concluiu Braga.

## Investimentos

O relator explicou que Orçamento de 2017 incorpora os dispositivos previstos pela PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016), aprovada ontem.

As despesas primárias fixadas no parecer correspondem aos gastos de 2016 corrigidos pela inflação projetada para este ano (7,2%).

Os investimentos públicos receberam um reforço a partir das emendas parlamentares. O relatório final prevê R\$ 58,3 bilhões — R\$ 19 bilhões a mais do que a proposta orçamentária do Executivo.

O valor previsto pelo relatório de Braga também é maior do que o autorizado para este ano (R\$ 45,6 bilhões), mas está abaixo de 2014 e 2015, quando os investimentos autorizados superaram os R\$ 80 bilhões.

Os números do relatório, diz Braga, espelham a crise fiscal do Estado, com déficit primário de R\$ 139 bilhões para o governo federal e dívida líquida do setor público ainda em alta (49,4% do PIB).

A defesa nacional disporá de R\$ 845 milhões. A promoção do desenvolvimento regional e territorial terá R\$ 895,5 milhões. Os partidos políticos devem receber R\$ 509 milhões.

A infraestrutura logística, social e urbana receberá R\$ 380,3 milhões. Para a política nacional de desenvolvimento urbano, o relator destinou R\$ 150 milhões.

(Com Agência Câmara)

Marcos Oliveira/Agência Senado

## Crivella se despede do Senado para assumir prefeitura

Prefeito eleito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB-RJ) despediu-se ontem do Senado. Em pronunciamento, o senador lembrou projetos apresentados por ele e também o trabalho em comissões e no Plenário, durante os dois mandatos em que exerceu o cargo.

Como exemplo, citou sua atuação à frente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Emigração Ilegal. A CPMI repatriou brasileiros que deixaram o país iludidos por coites com promessas de vida melhor em outras nações, como os Estados Unidos, e que acabaram presos no exterior.

— No ano passado, a lo-

calização de uma única vala clandestina, no Texas, com 200 corpos, dá noção das atrocidades perpetradas. Eram homens e mulheres de bem, ingênuos e humildes, capazes de todos



Crivella lembrou projetos dele e atuação em Plenário e comissões

os sacrifícios e renúncias para chegar numa fictícia terra prometida dos seus sonhos — disse o senador.

Crivella também criou a Frente Parlamentar do Pleno Emprego e apoiou o Programa de Aceleração do Crescimento. Durante o mandato, ele apresentou 20 propostas de emenda à Constituição e cerca de 220 projetos de lei, muitos relacionados à saúde, à segurança pública e aos trabalhadores.

Eduardo Lopes (PRB-RJ) assumirá o mandato de senador quando Crivella renunciar ao cargo para assumir a Prefeitura do Rio de Janeiro.

Waldemar Barreto/Agência Senado

## Proposta que extingue reeleição retorna à comissão

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) para que a reforma política volte à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta (PEC 113-A/2015) prevê o fim da reeleição para cargos no Executivo e a criação de uma cláusula de barreira que limita o acesso ao Fundo Partidário.

Segundo Valadares, que é relator do texto, a maioria é favorável ao fim da reeleição, mas pede que seja aumentado o mandato para cargos no Executivo. Devido a falta de consenso, o senador pediu que houvesse mais discussão sobre o tema na CCJ.

— Ao invés de quatro anos, que esse tempo de mandato seja de cinco. Eu acho viável e justa essa pretensão da maioria dos senadores.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, explicou que os prefeitos que foram eleitos agora não vão entrar na regra e, em 2020, poderão ser reeleitos.

— Pode porque era a regra constitucional quando houve a eleição — disse.

## Renan afirma que Ministério Público passou a fazer política

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem ver motivação política na ação do Ministério Público, ao ser questionado sobre as delações da Operação Lava Jato e denúncias apresentadas pelo órgão.

— O Ministério Público, infelizmente, passou a fazer política e, quando faz política, perde a condição, definitivamente, de ser o fiscal da lei — opinou.

Renan criticou o fato de o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ter incluído na equipe da Lava Jato integrantes do Ministério Público que foram indicados para conselhos superiores do Judiciário, mas não foram aprovados pelo Senado.

## Jader diz que mídia quer derrubar governo Temer

Jader Barbalho (PMDB-PA) acusou a mídia e setores do Judiciário de tramarem a derrubada de Temer. Ele vinculou a rejeição ao projeto sobre abuso de autoridade a processo contra o presidente.



Marcos Maniz/Agência Senado

Jader atacou grupos que, segundo ele, tentam afastar o Brasil das medidas para sair da crise e assinalou que a persistência de um noticiário “pessimista e escandaloso” tende a criar comoção nacional favorável à renúncia ou ao impeachment de Temer.

Jader atacou grupos que, segundo ele, tentam afastar o Brasil das medidas para sair da crise e assinalou que a persistência de um noticiário “pessimista e escandaloso” tende a criar comoção nacional favorável à renúncia ou ao impeachment de Temer.

## Para Humberto, há um movimento para desmoralizar Congresso

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), endossou o discurso de Jader Barbalho (PMDB-PA) sobre a existência de um movimento para desmoralizar o Congresso. Para Humberto, no entanto, a medida para o país sair da crise seria a antecipação das eleições diretas para presidente da República.

Segundo o senador, o então vice-presidente Temer e quem se manifestou contra Dilma Rousseff foram usados pelos que perderam a eleição.

— É um movimento para desacreditar o Legislativo, fazer com que um Poder se sobreponha aos demais.



Pedro França/Agência Senado

## Projeto que reforma o ISS é primeiro item da pauta

A votação do projeto de reforma do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) deve ocorrer hoje. O texto foi retirado de pauta depois que senadores pediram mais tempo para análise. O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que a proposta (SCD 15/2015) será o primeiro item da pauta de hoje.

O projeto fixa em 2% a alíquota mínima do imposto e amplia a lista de serviços alcan-

çados pelo imposto. O texto é o substitutivo da Câmara ao PLS 386/2012 — Complementar, de Romero Jucá (PMDB-RR).

— O projeto moderniza a legislação e dá segurança jurídica, acrescentando atividades no escopo da cobrança do ISS. Também é uma forma de ajudar as prefeituras — disse Jucá.

Uma das principais mudanças aprovadas pela Câmara é a cobrança do tributo onde a operação ocorreu, em casos

específicos como cartão de crédito ou débito, factoring e leasing.

O relator, Cidinho Santos (PR-MT) destacou que o objetivo principal do projeto “é combater a guerra fiscal entre os municípios”.

O senador explicou que o projeto isenta alguns casos de exportação e define que o local onde os resultados do serviço são verificados independe de onde o serviço é realizado.

# Projetos sobre supersalário seguem para a Câmara

Entre as propostas aprovadas, estão a que impõe o cumprimento do teto para remuneração de servidores públicos e a que torna improbidade administrativa o pagamento de salário acima do limite

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem três projetos da Comissão Especial do Extrateto para dar fim aos chamados supersalários no serviço público. As matérias seguem para análise da Câmara dos Deputados. O PLS 449/2016 visa dar efetividade ao limite de remuneração imposto pela Constituição aos agentes públicos, aposentados e pensionistas da União, estados, Distrito Federal e municípios.

O relatório de Kátia Abreu (PMDB-TO) determina que os rendimentos recebidos não poderão exceder o subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), no valor de R\$ 33,7 mil.

Devem ser observados ainda os limites do subsídio do governador nos estados e no Distrito Federal; dos deputados estaduais e distritais, no Poder Legislativo; dos desembargadores, no Poder Judiciário; e nos municípios, o subsídio do prefeito.

O limite de rendimentos aplica-se ao somatório das verbas recebidas por uma pessoa.

Acima do teto, somente as parcelas de indenização previstas em lei. É o caso da ajuda de custo na mudança de sede por interesse da administração e diárias em viagens realizadas por força do cargo.

— Se o teto é baixo, o salário mínimo é mais baixo ainda. Não tem demagogia no que estou dizendo. É a realidade. Um país onde o salário mínimo é R\$ 870 não pode ter um teto do tamanho do que existe no Brasil. Nos outros países essa diferença é muito menor — argumentou Kátia Abreu.

Reguffe (sem partido-DF) destacou ser inadmissível que um desembargador possa ganhar mais de R\$ 200 mil por mês. Ele frisou que é o contribuinte que paga esse salário.

— Se há brechas na legislação para que alguém ganhe mais do que o teto, cabe a nós legisladores criar uma nova lei que feche essa brecha — disse.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) entende que a matéria “é moralizadora”. Para Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), ela representa o fim dos privilé-

gios em todos os Poderes.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) ressaltou que o texto avança muito em relação à legislação atual. Segundo ele, além de ser didática, a proposta separa a indenização de remuneração.

Para José Pimentel (PT-CE), o diálogo entre representantes de instituições das três esferas da Federação permitiu a construção de apoio ao texto.

Já o PLC 450/2016 determina que os portais de transparência sigam o formato do Ministério Público Federal, com dados abertos manipuláveis e detalhados como os nomes dos agentes públicos, CPFs, valores de salários, férias, 13º salário e auxílios.

— O contribuinte tem o direito de abrir um site e saber quanto ele está pagando para os servidores, sem exigência de identificação, pois isso inibe a consulta — explicou Kátia Abreu.

Também foi aprovado o PLS 451/2016 que define como improbidade administrativa pagar salário acima do teto.



Ana Volpe/Agência Senado

Versão aprovada foi um substitutivo de Fernando Bezerra ao projeto original

## Senado aprova atualização na Lei de Licitações e Contratos

Projeto que altera a Lei de Licitações e Contratos foi aprovado ontem pelo Plenário. O texto é defendido pelos senadores como um novo marco legal para a área e segue para a Câmara.

Além de trazer regras novas, o PLS 559/2013 consolida normas presentes em diferentes leis que tratam das licitações, do pregão e do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

— Estamos próximos a tomar, talvez, a mais importante decisão deste ano legislativo — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Entre as inovações, destacam-se a inversão de fases — o julgamento das propostas antes da habilitação — e a contratação do seguro, que poderá garantir a conclusão de uma obra em caso de dificuldades enfrentadas pela empresa contratada. O texto acaba com os projetos básico e executivo e adota o projeto completo. A versão aprovada ontem é um substitutivo do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ao projeto original, de iniciativa da comissão temporária da modernização da Lei de Licitações.

A proposta também foi analisada pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, que avalia os projetos da Agenda Brasil, pauta voltada à retomada do crescimento.

— Ouvimos mais de 40 entidades de todo o país para melhorar essa lei importante para o setor público, mas que tinha diferenças e problemas — disse a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), que relatou o projeto na comissão especial.

O trabalho dos relatores foi elogiado em Plenário. Uma das medidas previstas é a reformulação do conceito e dos limites de aplicação da contratação integrada, que só poderá ser adotada na contratação de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto. O projeto ainda trata da responsabilização solidária da empresa ou prestador de serviços pelo dano causado ao erário na contratação direta indevida, por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Além disso, o projeto estabelece como crime a omissão de dados ou informações e estimula a administração a recorrer ao pregão e à concorrência.

O texto também inova, ao criar a modalidade do diálogo competitivo, usada na Europa. A administração pública dialoga com licitantes previamente selecionados, que, ao final do processo, apresentam proposta. Normalmente esse tipo de licitação é usado em casos de inovações técnicas e tecnologias de domínio restrito no mercado.



“Um país onde o salário mínimo é R\$ 870 não pode ter um teto do tamanho do que existe no Brasil”, defende Kátia Abreu

## Adiada análise de proposta que prevê “venda” de crédito público

O Plenário decidiu ontem votar o texto original do projeto que permite à administração pública “vender” ao setor privado os direitos sobre créditos tributários e não tributários (PLS 204/2016). O substitutivo de Paulo Bauer (PSDB-SC), que os senadores vinham discutindo, teve a preferência rejeitada e só será votado se o Plenário não aprovar o texto original.

O PLS 204 foi retirado da pauta e ainda não há data para voltar à ordem do dia. Como a tramitação está encerrada, faltando apenas a decisão final do Plenário, ele não será mais discutido — quando voltar à

pauta, será imediatamente votado, sem novos debates.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que apenas colocou o projeto na pauta porque há “cobrança diária” de governadores e o Plenário aprovou a urgência. A proposta visa prestar reforço emergencial para os caixas da União, dos estados e dos municípios, ao permitir que obtenham receita imediata em troca da cessão dos créditos a compradores privados.

O projeto voltou a causar polêmica entre os senadores ontem. Uma das críticas é de que a venda dos créditos compromete receitas futuras.

## Reajuste salarial para defensores passa em Plenário

O Plenário aprovou ontem projeto que concede aumento para a Defensoria Pública da União (PLC 22/2015). O texto foi aprovado na forma de substitutivo de Romero Jucá (PMDB-RR), apresentado em Plenário, e retorna para a Câmara dos Deputados.

A expectativa é que o projeto seja votado hoje na Câmara e sancionado pela Presidência da República ainda neste ano. Pelo texto, o reajuste será de até 40%, parcelado nos próximos três anos, a partir de 2017.

Jucá disse que o aumento inicial pretendido pela categoria era justo, mas não era viável.

## Confirmados embaixadora e 3 diretores para agências federais

O Plenário aprovou ontem quatro indicações de autoridades. Leandro Fonseca da Silva assumirá a diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Leonardo Euler de Moraes, a diretoria da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); William Dib, a diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); e Regina Maria Cordeiro Dunlop, a embaixada na Holanda.

Na sabatina na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Silva apoiou projeto de lei que unifica regras de gestão e controle social das agências reguladoras (PLS 52/2013).

Servidor da Anatel, Moraes reconheceu, na sabatina na Comissão de Infraestrutura (CI), deficiências de atendimento a populações que vivem em locais distantes dos centros urbanos.

Já Dib, durante sabatina na CAS, disse que está disposto a se aliar ao alto trabalho de qualidade que já tem sido feito pela Anvisa.

A diplomata Regina Maria, ao ser sabatinada pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), em novembro, destacou as relações de comércio com a Holanda, que é o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil.

# Embaixadores: Acordo de Paris será cumprido

Audiência na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas ouviu os diplomatas de Alemanha, Fiji e Marrocos. Também foi aprovado relatório de Bezerra sobre metas do país

EMBAIXADORES DA FRANÇA, Alemanha, Fiji e Marrocos afirmaram ontem, em audiência da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, ter boas expectativas em relação ao cumprimento do Acordo de Paris, feito na COP-21, a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, ocorrida ano passado na capital da França.

De acordo com o embaixador de Marrocos, Nabil Adghoghi, a COP-22, realizada em Marrakech, teve como desafio manter a dinâmica positiva criada em Paris no ano anterior. Para ele, a COP-22 foi de ações e soluções.

— Como resultado concreto, foram definidas as normas de execução do Acordo de Paris. Várias iniciativas foram tomadas, particularmente a aliança solar, a iniciativa africana de energias renováveis e a ação oceano, que programou ação estratégica sobre oceano e clima até 2012 — afirmou.

O embaixador da França, Laurent Bili, disse que o Acordo de Paris demonstrou eficácia e que o principal resultado da COP-22 foi ressaltar o caráter irreversível desse

acordo, em termos jurídicos e em termos factuais e de consciência humana.

O embaixador de Fiji, Cama Tuiqilaqila Tuiloma, que vai coordenar a COP-23, em 2017, em Bonn, na Alemanha, disse que embora Fiji seja uma ilha pequena e um país em desenvolvimento, sua copresidência no evento significa que o mais importante não é o tamanho do país, mas o futuro do planeta. Ele informou que a COP-23 está em estágio inicial de planejamento, mas que Fiji enfatizará que a mudança do clima é responsabilidade de todos os povos e governos.

## Avanços

Para o embaixador da Alemanha, Johann Georg Michael Witschel, embora haja incertezas na política externa, constata-se que o Acordo de Paris continua sólido, pois cada vez mais países levam a sério o combate às mudanças climáticas.

— A Alemanha apresentou, na COP-22, estratégia sobre como queremos alcançar neutralidade de carbono, tal como acertado em Paris. Confesso honestamente que o processo para a elaboração desse plano

não foi fácil — admitiu.

O Acordo de Paris, firmado em dezembro de 2015, estabelece mecanismos para que os países signatários limitem as emissões de poluentes com vistas a conter o aumento da temperatura global em menos de 2 °C. O compromisso do Brasil é cortar 37% dessas emissões até 2025, com meta de 43% até 2030.

## Outras metas

O país também assumiu aumentar em 45% a participação de energias renováveis na composição da matriz energética nos próximos 15 anos, sendo que a parcela da bioenergia sustentável deve

crescer aproximadamente 18%. Cabe ainda ao Brasil restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas.

## Relatório final

Antes da audiência, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da comissão, que se dedicou a implementar a NDC brasileira (sigla em inglês de Contribuição Nacionalmente Determinada) para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Elaborado por Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), relator da comissão no setor agrícola e de uso do solo e florestas, o relatório traz os desafios para alcançar metas de desmatamento ilegal

zero na Amazônia até 2030, a recuperação de 12 milhões de hectares de florestas e 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, além dos debates sobre como alcançar, até 2030, 45% de participação de energias renováveis na matriz energética e 10% de ganhos de eficiência no setor elétrico.

O relator ressaltou ainda a participação na Campanha Ratifica Já, que agilizou a ratificação do Acordo de Paris, feito na COP-21.

— Em menos de quatro meses, tempo recorde, o Congresso aprovou o Acordo de Paris. internalizou metas nacionais e atuou para entrada em vigor em 4 de novembro de 2016.



Fernando Bezerra (3º à esq.) conduz debate na Comissão de Mudanças Climáticas sobre os compromissos internacionais

## Teto de gastos não é única saída para crise, afirma Vanessa

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), os discursos proferidos pelos defensores da proposta de emenda constitucional que congela os gastos públicos (PEC 55/2016) não condizem com a realidade. Uma das inverdades, segundo a senadora, é que o congelamento dos gastos é a única maneira de tirar o Brasil da crise econômica.

— Quem diz isso ou desconhece a situação econômica do país nos últimos tempos ou se utiliza de má-fé e fala uma inverdade para tentar enganar a população brasileira.



Waldemir Borges/Agência Senado

## Paulo Paim cobra debate sobre reforma da Previdência

Paulo Paim (PT-RS) cobrou discussão aprofundada da reforma da Previdência, nos moldes das que ocorreram em relação ao projeto que regulamenta a terceirização da mão de obra. O senador adiantou que serão realizados encontros estaduais para discutir questões da reforma, como a idade mínima de 65 anos para que homens e mulheres se aposentem.

Paim disse ainda esperar que o governo cumpra a promessa de não prejudicar investimentos em saúde e educação após a aprovação da PEC 55/2016.



Pedro França/Agência Senado

## Salário de analistas de infraestrutura é baixo, diz Hélio José

Hélio José (PMDB-DF) pediu uma solução do governo para corrigir a defasagem salarial dos engenheiros que ocupam o cargo de analista de infraestrutura no Executivo.

O senador destacou a importância da carreira para o desenvolvimento da infraestrutura nacional e para a geração de empregos. Os analistas atuam em 15 ministérios e 5 agências reguladoras da Presidência da República.

Ele pediu ao Ministério do Planejamento e à Casa Civil que encaminhe medida para resolver a distorção salarial antes da votação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017.

## Para Fátima Bezerra, PEC é "golpe contra direitos do povo"

Fátima Bezerra (PT-RN) protestou contra a aprovação da emenda à Constituição que limita os gastos públicos por 20 anos, sujeitando-os apenas à correção monetária. Para ela, a medida representa "um golpe contra os direitos essenciais do povo" por afetar fortemente os setores de educação e saúde.

No entender da senadora, a proposta foi oferecida por um governo que considera sem legitimidade e ganhou apoio de um Congresso que se encontra num "lamaçal" de denúncias.



Waldemir Borges/Agência Senado

## Cidinho Santos homenageia padre da Diocese de Cuiabá

Cidinho Santos (PR-MT) fez homenagem ao padre Bruno Costa, que em janeiro se despede da Diocese de Cuiabá e parte para Cachoeira Paulista (SP). Segundo o senador, o padre mudou a vida de muita gente na capital mato-grossense, especialmente evangelizando jovens. Algumas das missas reuniam até 10 mil fiéis, disse.

Cidinho também homenageou o monsenhor Jonas Abib, que fundou a Comunidade Canção Nova com o objetivo de disseminar a doutrina católica pelos meios de comunicação.



Waldemir Borges/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Diretor-adjunto:** Sílvio Burle  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Assinado em 2010, o acordo pretende garantir a aplicação de leis de concorrência no comércio entre os países do Mercosul e eliminar práticas anticompetitivas

# Comissão aprova novo acordo com Mercosul

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem seis acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro com países e organismos internacionais, entre eles o Mercosul. No que se refere ao bloco sul-americano, foi aprovado o texto do Acordo de Defesa da Concorrência do Mercosul, assinado em Foz de Iguaçu (PR) em 2010.

Como mostra o relatório de Ana Amélia (PP-RS), lido na comissão por Armando Monteiro (PTB-PE), os objetivos do acordo consistem em promover a cooperação e coordenação entre os países no que se refere à aplicação das leis nacionais de concorrência no âmbito do Mercosul, assegurar a aplicação dessas leis e eliminar práticas anticompetitivas.



Armando Monteiro (E) e Aloysio Nunes Ferreira (D), presidente da comissão: acordo aprovado precisa ainda ser chancelado pelo Plenário do Senado

## Competências

O acordo regulamenta ainda a competência exclusiva de cada país quanto à regulação de atos praticados que produzam ou possam produzir efeitos sobre a concorrência. De outra parte, no âmbito do Mercosul, o órgão competente em matéria de concorrência continua sendo o Comitê Técnico de Defesa da Concorrência, instituído na Comissão de Comércio.

Por meio desse comitê técnico, as autoridades de cada país podem solicitar consultas a respeito de matérias relacionadas ao acordo, que deverão ser respondidas em um prazo de 90 dias.

O relatório aprovado lembra ainda que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda chancelaram este acordo.

— O novo marco regulatório da concorrência no Mercosul apresenta, ao invés de práticas restritivas, um mecanismo consultivo, assim como a coordenação entre os países na aplicação de normas a casos específicos de práticas restritivas — lembrou Armando Monteiro, ao ler um trecho do relatório de Ana Amélia.

O acordo será agora analisado em Plenário.

## Avança tratado de residência permanente entre Brasil e Uruguai

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também aprovou dois acordos entre Brasil e Uruguai. O primeiro deles trata da livre circulação de pessoas entre os dois países com o objetivo de permitir a residência permanente.

Segundo o relator, Armando Monteiro, o acordo cria um mecanismo simplificado para a concessão de residência permanente a nacionais brasileiros e uruguaios que queiram fixar residência no outro país, mais profundo que o hoje vigente no âmbito do Mercosul.

— Entre os principais avanços, está a dispensa de um período prévio de residência temporária e de legalização

e tradução de diversos documentos.

Além desses pontos, o acordo também garante que todos os brasileiros e uruguaios com residência permanente têm direito a exercer qualquer atividade, nas mesmas condições que os nacionais do país de recepção.

Armando Monteiro avaliou que Brasil e Uruguai dão um exemplo, com a aprovação deste acordo, de aprofundamento da integração por meio do Mercosul, a despeito de crises que afetam cada país do bloco.

O senador também leu o relatório de Lasier Martins (PDT-RS) que aprovou o acordo entre Brasil e Uruguai de cooperação e intercâmbio de informações

na área da segurança pública.

O acordo visa a cooperação nas áreas de segurança preventiva, modernização e capacitação das instituições policiais. Entre as medidas, estão aumentar o intercâmbio de informações na área de inteligência e regularizar a situação migratória das populações fronteiriças.

Também foi aprovada a adesão do Brasil à Convenção Relativa à Citação, Intimação e Notificação no Estrangeiro de Documentos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial, assinado em Haia, e o acordo entre Brasil e Bélgica sobre transferência de pessoas condenadas.

## Visto para estudantes de países de língua portuguesa vai a Plenário

Outro acordo aprovado pela CRE foi o que trata da concessão de vistos para estudantes dos países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O documento é assinado por Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Timor-Leste, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. O texto segue para votação pelo Plenário.

Como lembrou o relator, José Agripino (DEM-RN), o tratado está em vigor desde setembro do ano passado, pois Portugal, Cabo Verde e Timor-Leste já o ratificaram. Dispositivo do documento

estabelece a sua entrada em vigor quando pelo menos três países o ratificarem. O Brasil estará vinculado ao acordo a partir do primeiro dia do mês seguinte à sua ratificação.

Um dos dispositivos estabelece que os vistos serão válidos somente para estabelecimentos de ensino reconhecidos pelos países individualmente e com divulgação por meio de lista.

O estudante deve solicitar o visto dentro de 30 dias da aceitação pelo estabelecimento de ensino. A decisão sobre o pedido não poderá demorar mais que

30 dias. O visto durará de quatro meses a um ano e pode ser renovado.

Entre os requisitos exigidos, estão o documento de viagem válido, fotografias, comprovante de aceitação pelo estabelecimento de ensino, prova dos meios de subsistência, atestado médico, certidão de antecedentes criminais, seguro-saúde e, em caso de menor ou incapaz, autorização dos pais.

Está prevista ainda a suspensão temporária da aplicação do acordo por algum país, por motivos de segurança nacional ou saúde pública.

## Estados podem ter parcelas de dívidas com a União reduzidas

O Plenário deve votar hoje o projeto que reduz de forma escalonada as parcelas das dívidas dos estados com a União (PLC 54/2016). O líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), informou que apresentará novas emendas para criar condições especiais de renegociação das dívidas de alguns estados. Com isso, será necessário mais tempo para análise dos senadores.

O relator do texto, Armando Monteiro (PTB-PE), chegou a ler no Plenário seu parecer —

que havia sido aprovado na tarde de ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). No texto, ele resgata exigências impostas aos estados que estavam no projeto original do Executivo e haviam caído na votação na Câmara.

Com as mudanças, o projeto terá que voltar a ser analisado pelos deputados.

O projeto estende por mais 20 anos o prazo para o pagamento das dívidas. Os estados que optarem pela renegociação não poderão mais editar

leis de incentivo tributário. Além disso, terão de suspender a contratação de pessoal, reduzir a despesa com cargos de livre provimento e limitar despesas com publicidade.

Os estados terão ainda de aumentar a contribuição previdenciária dos servidores para no mínimo 14%.

### Taxas de juros

A CAE também aprovou dois projetos que limitam as taxas de juros dos bancos e financeiras. Os textos vão ao Plenário.

O PLS 413/2016 — Complementar, de Gleisi Hoffmann (PT-PR), prevê que, nas operações de crédito com garantia real, as taxas de juros ficam limitadas a no máximo duas vezes a taxa Selic anualizada vigente no dia da assinatura do contrato. Nas demais operações, as taxas de juros limitam-se a quatro vezes a Selic, no máximo. O texto foi aprovado com alterações do relator, Lindbergh Farias (PT-RJ).

Também relatado por Lindbergh, o PLS 412/2016 — Com-

plementar, de Reguffe (sem partido-DF), obriga o Comitê de Política Monetária a limitar trimestralmente os juros e taxas cobradas pelos bancos de pessoas físicas e jurídicas.

A CAE aprovou ainda convite para que o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e a advogada-geral da União, Grace Maria Fernandes Mendonça, prestem esclarecimentos sobre denúncia que levou à demissão do então ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima.

### Escalonamento

REDUTOR	100%	94,73%	89,47%	84,21%	78,94%	73,68%	68,42%	63,15%	57,89%	52,63%	47,36%	42,10%	36,84%	31,57%	26,31%	21,05%	15,78%	10,52%	5,26%
PERÍODO	Jul/Dez 2016	Jan 2017	Fev 2017	Mar 2017	Abr 2017	Mai 2017	Jun 2017	Jul 2017	Ago 2017	Set 2017	Out 2017	Nov 2017	Dez 2017	Jan 2018	Fev 2018	Mar 2018	Abr 2018	Mai 2018	Jun 2018

# Setor de energia renovável cobra planejamento

Instabilidade nas regras, falta de infraestrutura adequada e recursos escassos emperram desenvolvimento das fontes alternativas, disseram participantes de audiência pública

O BRASIL ESTÁ passando do modelo de geração de energia hidrotérmica para o de multifontes, que inclui energia eólica e de biomassa. Porém, o planejamento não se adequou na velocidade ideal, o que prejudica a integração.

O alerta foi feito ontem pelo secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Eduardo Rodrigues, em audiência pública da Comissão de Infraestrutura (CI).

Para ofertar energia com qualidade e regularidade aos consumidores, é preciso segurança e confiabilidade no abastecimento e preços que todos consigam pagar dentro de uma lógica de universalização, explicou. No entanto, o setor enfrenta dificuldades para conjugar as fontes e garantir suprimento energético de forma contínua, especialmente por falta de infraestrutura, como reservatórios e linhas de transmissão, salientou o secretário.

— A dificuldade principal tem sido a necessidade de grandes investimentos, principalmente na transmissão. Nós andamos revendo os modelos de contratação e foi por limitação da transmissão que não pudemos fazer a participação de todos os agentes que têm condição de gerar energia para o próximo leilão — afirmou.

Por problemas na rede de transmissão, foram cortados empreendimentos de energia eólica da Bahia, do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul. Essa é uma falha que



No debate conduzido pelo senador Hélio José (C), Vieira (E) ressaltou a necessidade de arranjos comerciais e Medeiros (D) defendeu a abertura do mercado

precisa ser corrigida, mas que exige aporte de recursos, difícil no atual cenário de crise econômica, observou Rodrigues.

O assessor Cássio Carvalho, também do Ministério de Minas e Energia, disse que o Brasil sempre teve base hidrotérmica e que a expansão das renováveis exige remodelagem de toda a cadeia do setor. Como o sistema é interligado, ressaltou, perturbações locais podem derrubá-lo como um todo.

— Novas regras precisam ser pensadas. Existem contratos firmados, compromissos assumidos — defendeu.

## Financiamento

O superintendente de Regulação dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica, Christiano Vieira, ressaltou que o aumento das fontes renováveis na matriz energética depende de uma série de arranjos para preservar a segurança dos contratos já firmados com as concessionárias e evitar apagões. Ele defendeu a substituição de combustíveis

fósseis por fontes limpas, como a biomassa.

O financiamento também foi apontado como um dos principais problemas do setor. O presidente-executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica, Reginaldo Medeiros, defendeu um novo modelo a ser aplicado, com abertura de mercado, já que o BNDES enfrenta dificuldades para aportar capitais como antes, a um custo competitivo. Para ele, o Brasil deveria abandonar o modelo intervencionista e abrir o mercado.

— Quando libero o mercado, tenho mais condições de desenvolver fontes renováveis e tenho condições de atrair capitais para outros modelos de financiamento que hoje não temos. Não há futuro para as energias renováveis no modelo anterior de financiamento, temos que fazer um novo.

A instabilidade nas regras e a falta de continuidade nas políticas públicas, que desestabilizam a indústria das

energias alternativas, foram mencionadas pelo gerente de bioeletricidade da União da Indústria da Cana-de-Açúcar, Zilmar de Souza. A biomassa — que já chegou a representar, em 2010, o equivalente a 12% de uma usina hidrelétrica como a de Itaipu e responder por quase um terço da expansão do acréscimo anual de capacidade instalada na matriz de energia elétrica — tem regredido drasticamente.

— Quando você olha para a frente, a biomassa some da matriz energética em termos de expansão — lamentou.

## Eólica

Coordenador técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica, Sandro Yamamoto disse que a energia eólica, fonte renovável que está mais avançada no Brasil, está estagnada. Ele relatou que o setor vinha expandindo sua participação na matriz energética até 2014, teve a indústria nacionalizada e chegou a exportar para a China. Com a crise econômica

e o desaquecimento na indústria, com queda no consumo, o setor praticamente parou.

Os debatedores defenderam a expansão do modelo de contratação livre de energia (geradores de energia que não são ligados às grandes distribuidoras), sua regulamentação e a possibilidade de vender a energia excedente às distribuidoras, com pagamento efetivo pelo uso de suas infraestruturas de transmissão. Hélio José (PMDB-DF) pretende reunir as sugestões para construir um marco regulatório das energias renováveis.

— Temos que conversar e ver uma forma de todo mundo sobreviver e de o sistema não se estagnar. E não ficar na dependência de energias que poluem o ambiente — disse.

Essa foi a última audiência sugerida pelo senador para colher subsídios à formatação do relatório de avaliação de política pública da comissão, que neste ano dedicou-se a analisar a implantação de energias alternativas no país.

## Comissão mista busca combater a burocracia nos órgãos federais

A Comissão Mista da Desburocratização foi instalada ontem pelo presidente do colegiado, deputado Julio Lopes (PP-RJ). O relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), disse que quer realizar trabalho criativo para reduzir a burocracia na administração pública federal. Na primeira reunião, no próximo ano, será apresentado o plano de trabalho e serão debatidas as prioridades do colegiado.

O objetivo da comissão é avaliar processos e rotinas realizados por órgãos e entidades federais, assim como suas estruturas organizacionais.

De acordo com ato conjunto dos presidentes da Câmara e do Senado, o texto prevê a abertura do prazo de 30 dias, contados a partir da instalação formal da comissão, para receber sugestões da sociedade civil.

Poderão fazer parte do

plano de trabalho, entre outros temas, a composição e a qualificação dos quadros de pessoal, a estrutura de órgãos integrantes da administração pública e as licitações públicas. O relatório final da comissão deve propor alterações no ordenamento jurídico vigente, recomendações e medidas de fiscalização e controle.

A comissão é composta por sete senadores e sete deputados, além de igual número de suplentes. Integrarão a comissão os senadores Antonio Anastasia, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Simone Tebet (PMDB-MS), Paulo Rocha (PT-PA), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), Wilder Morais (PP-GO) e Armando Monteiro (PTB-PE). O prazo de duração dos trabalhos da comissão será definido em cronograma aprovado pelo colegiado após a definição do plano de trabalho.

## Debatedores criticam proposta de reforma da Previdência Social

Juizes do Trabalho, auditores fiscais, sindicalistas e especialistas convidados pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) para debater a proposta que altera as regras da Previdência Social (PEC 287/2016 na Câmara) foram unânimes em criticá-la e dizer que será um profundo retrocesso nos direitos previdenciários.

O consultor do Senado Luiz Alberto dos Santos, especialis-

ta em previdência, disse que a limitação dos gastos imposta pela PEC 55/2016 (PEC do Teto de Gastos) prejudicará as aposentadorias.

A presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Thais Riedel, frisou que a Previdência não depende de uma única fonte de recursos, e sim de um conjunto que vem sendo omitido pelos governos, com o objetivo de criar a ilusão de um déficit.

## Aprovado funcionamento de mais 30 emissoras de rádio comunitárias

Em reunião ontem, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou autorizações para o funcionamento de mais 30 emissoras de rádio, a maioria delas comunitárias.

A aprovação pela CCT é a penúltima etapa do processo de renovação ou nova autorização para o funcionamento de emissoras de rádio e TV. Os projetos de decreto legislativo seguem para promulgação.

## Cartão Reforma e novas parcerias serão analisados

As comissões mistas responsáveis por analisar as Medidas Provisórias (MPs) 751 e 752, de 2016, foram instaladas ontem. A primeira será presidida pelo deputado Roberto Balestra (PP-GO) e terá como relatora a senadora Ana Amélia (PP-RS).

Essa MP criou o Programa Cartão Reforma, com o objetivo de subsidiar a aquisição de materiais de construção para famílias de baixa renda.

Para presidir a comissão da MP 752, foi eleito o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO). O relator é o deputado Sergio Souza (PMDB-PR).

A MP 752 autorizou a prorrogação e a possibilidade de nova licitação de contratos de parceria nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário. As regras valem para o Programa de Parcerias de Investimentos (PPIs).